

## **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO**

### **Instituto Modal de Informação Estratégica e Tecnologia**

Aos 12 (doze) dias do mês de dezembro do ano 2017 (dois mil e dezessete), às nove horas da manhã, na S/CLN 206, Bloco A, Loja 03, Parte BF - Brasília, DF, CEP: 70.844-510, reuniram-se José Manuel de Abreu Pita Pombo, CPF nº 038.295.707-59 (Pombo), Mamede Lima-Marques, CPF nº 202.911.756-00 (Mamede), Bruno Carvalho Castro Souza, CPF nº 505.897.501-78 (Bruno), e Welington de Souza Evangelista, CPF nº 512.591.841-53 (Welington), para tratar da fundação do **Instituto Modal de Informação Estratégica e Tecnologia**, doravante denominado **Instituto MODAL**. Pombo deu início à Assembleia e solicitou a todos que elegessem um dos presentes para presidi-la. Por unanimidade, foi escolhido o seu nome para continuar presidindo a sessão. Após agradecer a presença de todos e a honra de presidir a Assembleia de fundação do Instituto MODAL, sugeriu que Welington atuasse como Secretário, o que foi aprovado por todos. Solicitou, então, que o Secretário lesse a convocação, incluindo a ordem do dia, por ele enviada aos presentes com trinta dias de antecedência juntamente com a minuta do estatuto, e que tinha como assuntos **(i) a constituição do Instituto Modal de Informação Estratégica e Tecnologia; (ii) a aprovação do Estatuto do Instituto MODAL; e (iii) a eleição para os cargos diretivos e conselhos**. Pombo esclareceu que a principal finalidade da Assembleia era constituir uma associação sem fins lucrativos, na forma dos Artigos 53 e 54 do Código Civil Brasileiro, dedicada à realização de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico, bem como ao desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos em informação e transporte, e também com a finalidade de propugnar pelo reconhecimento da importância do desenvolvimento científico, tecnológico e educacional dos setores de informação e de transporte e para a construção de uma sociedade mais fraterna, aberta e pluralista, em que viceje a democracia, a ética, a paz, o respeito aos direitos fundamentais do homem e oportunidades para todos de pleno desenvolvimento da pessoa humana e de melhor qualidade de vida. Em seguida, esclareceu que para se fundar uma organização dessa natureza é necessário escolher o seu nome e sugeriu "**Instituto Modal de Informação Estratégica e Tecnologia**", o qual foi aprovado por todos. Bruno pediu a palavra e apresentou uma proposta para logomarca da associação, que também foi aprovada por todos. Pombo, então, colocou em discussão a aprovação do estatuto do Instituto MODAL, lembrando que a minuta do estatuto havia sido enviada aos presentes, por e-mail, há mais de trinta dias e que todos tiveram oportunidade de fazer suas sugestões, as quais foram incorporadas ao texto. O estatuto, portanto, é uma síntese do pensamento de todos e, como tal, poderia ser colocado em discussão e votação.



Pombo pediu a todos a confirmação de que o estatuto havia de fato sido lido por todos e se haveria alguma contribuição. Não tendo sido apresentado nenhum destaque, o Estatuto foi colocado em votação e aprovado, em sua totalidade, por unanimidade, passando a fazer parte desta Ata como anexo, e assinado por todos os presentes. Dando sequência à Assembleia, o Presidente iniciou a discussão sobre o terceiro item da pauta, ou seja, a eleição para os cargos diretivos e conselhos do Instituto MODAL para o período de 2018 a 2022, ressaltando que, de acordo com o estatuto, os diretores e conselheiros não precisam ser associados do Instituto MODAL, bastando ser aprovados pela Assembleia mediante indicação de algum dos fundadores. Pombo lembrou que o estatuto prevê três cargos de Diretoria Executiva: o de Diretor Presidente, o de Diretor Administrativo-financeiro e o de Diretor Técnico. Pombo sugeriu que, sendo pequeno o número de associados fundadores do Instituto, todos os presentes deveriam integrar os postos principais do Instituto MODAL, sugerindo que Mamede atue como Diretor Presidente, Welington como Diretor Administrativo-financeiro e Bruno como Diretor Técnico. Não havendo manifestação contrária, a proposição foi colocada em votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Dessa forma, **a Diretoria Executiva do Instituto MODAL fica composta por Mamede (Diretor Presidente), Welington (Diretor Administrativo-financeiro) e Bruno (Diretor Técnico)**. Mamede, agradecendo a honra de integrar a diretoria do Instituto MODAL, destacou a imprescindível participação dos presentes, desde o início, quando, há mais de três meses, foram todos convidados para a fundação do Instituto MODAL. Em seguida, Pombo colocou a necessidade de se eleger o Presidente do Conselho de Administração. Mamede sugeriu que Pombo atue nessa função. Pombo colocou a sugestão em apreciação, tendo sido aprovada por unanimidade. Dessa forma, **o Conselho de Administração do Instituto MODAL fica instituído tendo como Pombo como Presidente do Conselho de Administração e Mamede, na qualidade de Diretor Presidente do Instituto MODAL, como segundo membro**. Pombo colocou em pauta a composição do Conselho Fiscal, que poderá ser eleito nesta Assembleia ou ser instituído em outra oportunidade. Mamede sugeriu que a eleição dos membros do Conselho Fiscal fosse feita em outro momento, em função de estarmos no final do ano corrente, sendo mais conveniente deixar essa indicação para o ano seguinte. Pombo colocou a sugestão em votação, tendo sido a proposta aprovado por todos. Dessa forma, fica decidido que o Conselho Fiscal do Instituto MODAL será constituído *a posteriori*, em momento oportuno. Welington pediu a palavra e solicitou que fosse registrado em ata, como antecipação de despesas, os valores que serão efetuadas para o registro e funcionamento do Instituto MODAL nos primeiros meses, compostas por: (i) locação de endereço fiscal, no valor mensal de R\$ 99,00 (noventa e nove reais); (ii) custos de registro de ata de constituição, estatuto e outras despesas cartoriais, totalizando R\$ 593,35 (quinhentos e noventa e três reais trinta e cinco centavos); (iii) serviços contábeis e despachante para registro do instituto, R\$ 1.000,00 (um mil reais); (iv) contratação de serviços jurídicos, no valor mensal de R\$ 5.000,00 (cinco



Brasília, 12 de dezembro de 2017.

Mamede Lima-Marques  
Associado Fundador  
Diretor Presidente  
CPF nº 202.911.756-00

Bruno Carvalho Castro Souza  
Associado Fundador  
Diretor Técnico  
CPF nº 505.897.501-78

30. OFÍCIO DE NOTAS DE BRASÍLIA  
S.C.S. QD 8 - BL B60 - LJ 140 D  
BRASILIA-DF - FONE: 3321-2212

RECONHECO e dou fe por AUTENTICIDADE  
da(s) firma(s) de:  
ILRsbv3J2J-WELINGTON DE SOUZA.....  
ILRschzn2J-BRUNO CARVALHO CASTRO SOUZA.....  
ILRscmdc2J-MAIENE LIMA MARQUES.....

Em Testemunho \_\_\_\_\_ da verdade.  
Brasília, 18 de Dezembro de 2017

006 - IRENE RAFAELA RESUITA  
ESCREVENTE AUTORIZADO

senha: TJDFDT20170080674143IRPJ,  
TJDFDT20170080674144MGMD e  
TJDFDT20170080674145DEOX  
consultar: [www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br)

Valor total: 7.14  
Rio de Janeiro, 15/12/2017. CAMILA CRISTINA DE CONCEIÇÃO MENDONÇA  
ECJW63426-MRD  
Consulte em <https://www3.tiririus.br/sitepublico>

## RELAÇÃO DE MEMBROS FUNDADORES

### Instituto Modal de Informação Estratégica e Tecnologia

#### PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Manuel de Abreu Pita Pombo

Brasileiro

CPF nº 038.295.707-59

RG nº 1.865.709 - IFP/RJ

Endereço: Estrada da Gávea, 681, Bloco 2, Apto. 1401 - São Conrado, Rio de Janeiro, RJ

Divorciado

Empresário

#### DIRETOR PRESIDENTE

Mamede Lima-Marques

Brasileiro

CPF nº 202.911.756-00

RG nº 2.826.173 SSP/DF

Endereço: SMPW Quadra 23, Conjunto 4, Lote 4, Casa H, Brasília, DF

Casado

Aposentado



#### DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Wellington de Souza Evangelista

Brasileiro

CPF nº 512.591.841-53

RG nº 1.192.853 SSP/DF

Endereço: SMPW Quadra 13, Conjunto 1, Lote 1, Casa G, Brasília, DF

Casado

Empresário

#### DIRETOR TÉCNICO

Bruno Carvalho Castro Souza

Brasileiro

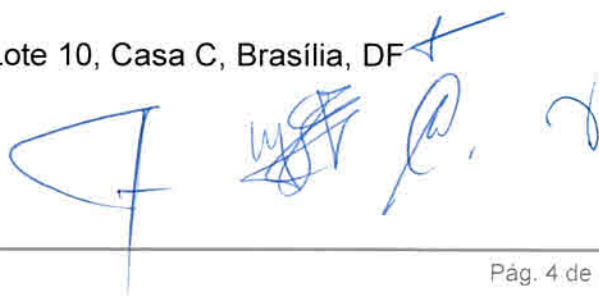
CPF nº 505.897.501-78

RG nº 912.612 - SSP/DF

Endereço: SMPW Quadra 25, Conjunto 4, Lote 10, Casa C, Brasília, DF

União Estável

Empresário





# ESTATUTO SOCIAL

## Instituto Modal de Informação Estratégica e Tecnologia

### CAPÍTULO I: DA DENOMINAÇÃO, APRESENTAÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO

Artigo 1º O **Instituto Modal de Informação Estratégica e Tecnologia**, doravante denominado **Instituto MODAL**, constitui-se como pessoa jurídica de direito privado, sob a forma de associação, sem fins lucrativos ou econômicos, sem cunho religioso, político ou partidário, de caráter científico e tecnológico, constituído mediante deliberação aprovada em Assembleia Geral de Fundação realizada em 12 de dezembro de 2017, com total, ampla e irrestrita autonomia administrativa, patrimonial e financeira, respeitados os preceitos legais e o presente Estatuto, além de ter duração por prazo indeterminado.

§ 1º O **Instituto MODAL** tem como objeto a realização de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico e o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos.



§ 2º O **Instituto MODAL** propugnará pelo reconhecimento da importância da inovação e da pesquisa científica e tecnológica e do desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do País.

§ 3º O **Instituto MODAL** desenvolverá suas atividades voltadas às áreas de informação e de transportes.

§ 4º O **Instituto MODAL** poderá usar como nome fantasia as denominações **Instituto Modal** ou simplesmente **MODAL**.

Artigo 2º O **Instituto MODAL** tem sua sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal, com sede provisória situada ao S/CLN 206, Bloco A, Loja 03, Parte BF, Brasília, DF, CEP 70844-510.

§ Único O **Instituto MODAL** poderá deliberar sobre a mudança de endereço de sua sede e a criação de representações ou subsedes regionais em todo território

nacional, da maneira que lhe convier, mediante decisão do Conselho de Administração.

Artigo 3º O **Instituto MODAL** será regido pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelas legislações brasileiras aplicáveis, em especial pela Lei nº 13.243/2016 (Marco de Ciência, Tecnologia e Inovação), ou instrumentos legais que venham a substituí-la, pela Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), pelo presente Estatuto e demais disposições normativas aplicáveis.

§ Único O **Instituto MODAL** caracteriza-se como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), nos termos do artigo 2º, inciso V da Lei nº 13.243/2016.

## CAPÍTULO II: DAS FINALIDADES E MEIOS

Artigo 4º Para cumprir com seu objeto, disposto no Artigo 1º e seus parágrafos, o **Instituto MODAL** tem como finalidades:

- I. conceber, planejar, executar e avaliar produtos, processos e serviços científicos e tecnológicos;
- II. exercer atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação de caráter científico e/ou tecnológico aplicáveis ao seu objeto;
- III. promover, atuar e/ou resgatar iniciativas, programas e projetos em prol da cooperação entre os entes públicos, privados, instituições científicas, tecnológicas e do terceiro setor, visando a promoção do desenvolvimento econômico e social;
- IV. promover e realizar a capacitação, o treinamento e a qualificação profissional visando o aperfeiçoamento de pessoal direta ou indiretamente ligado às áreas de interesse do **Instituto MODAL**;
- V. editar, editorar, publicar, distribuir e disseminar informação científica, tecnológica e/ou inovadora, na forma de livros, revistas e outros tipos de publicações impressas, eletrônica ou com outros suportes; e
- VI. explorar comercialmente produtos, processos e serviços tecnológicos desenvolvidos pelo **Instituto MODAL** ou cujos direitos tenham sido





adquiridos pelo Instituto, garantida a destinação do lucro obtido na manutenção de seus objetivos institucionais.

§ Único Para consecução das suas finalidades, o **Instituto MODAL** poderá utilizar-se de diferentes meios, dentre os quais, mas não se limitando a:

- I. utilização de infraestrutura com instalações, laboratórios e pessoal adequado à consecução de suas finalidades e objetivos, de forma a se tornar um centro de excelência em suas áreas de atuação;
- II. contratação de pesquisadores, técnicos, estagiários e outros recursos humanos ou serviços necessários para o desenvolvimento de suas atividades;
- III. constituição de fundos para a aplicação em programas e projetos, de sua iniciativa ou de terceiros, com os recursos provenientes de seu próprio orçamento ou de convênios, contratos e doações;
- IV. promoção e realização de divulgação científica e tecnológica nas áreas de interesse do **Instituto MODAL**; e
- V. instituição de processos e procedimentos administrativos, contábeis, científicos e tecnológicos, alinhados com as boas práticas profissionais, no interesse de manter e desenvolver a governança corporativa.

### CAPÍTULO III: DOS ASSOCIADOS, CONSELHEIROS E DIRETORES

#### Seção I: Dos Associados

Artigo 5º Os Associados do **Instituto MODAL**, que assim ~~manter-se-ão em~~ caráter personalíssimo, não se transmitindo tal condição por sucessão ou qualquer outra forma jurídica, dividir-se-ão nas seguintes categorias:

- I. Associados Fundadores;
- II. Associados Efetivos;
- III. Associados Honorários.

§ 1º O quadro de Associados será constituído por pessoas físicas e/ou jurídicas que tenham interesse em promover o desenvolvimento científico e tecnológico nas áreas de atuação do **Instituto MODAL**.



§ 2º São Associados Fundadores do **Instituto MODAL** as pessoas físicas e/ou jurídicas que aprovaram o Estatuto através da Ata de Assembleia Geral de Fundação, lavrada em 12 de dezembro de 2017 e formalizada com tal objetivo.

§ 3º São Associados Efetivos as pessoas físicas e/ou jurídicas aprovadas pelo Conselho de Administração e que:

- I. ofereçam contribuições financeiras, tecnológicas e/ou profissionais significativas, a critério dos Associados Fundadores e do Conselho de Administração, para o desenvolvimento do **Instituto MODAL**;
- II. possuam currículo acadêmico e profissional compatíveis com as atividades finalísticas do **Instituto MODAL**; e
- III. não possuam condenação criminal julgada em tribunal colegiado.

§ 4º São Associados Honorários pessoas de renome nacional ou internacional nas áreas de atuação do **Instituto MODAL**, que prestaram relevantes serviços à comunidade e/ou efetuaram doações de excepcional valor ao Instituto, nas condições e formas previstas no Regimento Interno.

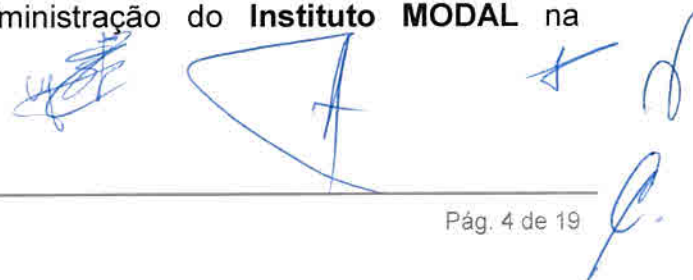
§ 5º Os Associados Honorários podem vir a ser nomeados Associados Efetivos mediante aprovação do Conselho de Administração.



Artigo 6º A admissão dos Associados Efetivos, dos Associados Honorários e dos Conselheiros dar-se-á mediante a aprovação do Conselho de Administração.

Artigo 7º Os Associados de todas as categorias possuem os seguintes direitos:

- I. participar das Assembleias Gerais e discutir sobre os assuntos que tenham sido submetidos a este órgão, observado o disposto nos § 1º e 2º deste artigo;
- II. propor, nas Assembleias Gerais, a adoção de medidas que julgarem convenientes ao interesse social do **Instituto MODAL**;
- III. fazer parte de comissões e receber delegações e outorgas do **Instituto MODAL**; e
- IV. colaborar com os órgãos de administração do **Instituto MODAL** na realização de seus objetivos sociais.





§ 1º Aos Associados Fundadores e Efetivos é atribuída a vantagem do direito de voto nas Assembleias Gerais, em quaisquer deliberações. Aqueles que não puderem exercer pessoalmente seu direito de voto poderão se fazer representar por mandatário, mediante instrumento expresso e determinado de outorga ou delegação.

§ 2º Os Associados Honorários podem participar de todas as atividades do **Instituto MODAL**, todavia, nas Assembleias, não terão direito a voto nas decisões a respeito da gestão administrativa, econômica, patrimonial e financeira.

Artigo 8º Os Associados de todas as categorias possuem os seguintes deveres:

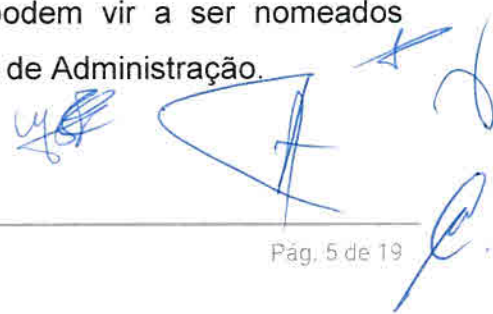
- I. cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- II. respeitar e cumprir as decisões da Assembleia Geral;
- III. zelar pelo bom nome do **Instituto MODAL**;
- IV. defender o patrimônio e os interesses do **Instituto MODAL**;
- V. comparecer às Assembleias Gerais;
- VI. denunciar qualquer irregularidade verificada dentro do **Instituto MODAL**, para que a Assembleia Geral tome providências;
- VII. colaborar com desvelo para a realização dos objetivos expressos neste Estatuto, participando das atividades sociais, técnico-científicas e culturais sempre que possível; e
- VIII. honrar pontualmente com as contribuições associativas, quando determinadas pela Assembleia Geral.



## Seção II: Dos Conselheiros

Artigo 9º São Conselheiros as pessoas físicas indicadas pelo Conselho de Administração e aprovadas em Assembleia Geral que possam contribuir com participação nos Conselhos previstos na estrutura organizacional do **Instituto MODAL**.

§ 1º Os Conselheiros que não sejam associados podem vir a ser nomeados Associados Efetivos mediante aprovação pelo Conselho de Administração.



§ 2º É permitida a nomeação como Conselheiro tanto de associados do **Instituto MODAL** quanto de pessoas físicas sem vínculo com a associação.

### Seção III: Do Desligamento de Associados, Conselheiros e Diretores

Artigo 10º Deixa de fazer parte do **Instituto MODAL** o Associado de qualquer categoria, Diretor ou Conselheiro, perdendo, assim, sua qualificação como tal e os seus direitos, mediante aprovação em Assembleia Geral e nos seguintes casos:

- I. por exclusão, indicada pelos Associados Fundadores, Efetivos, pela Diretoria Executiva ou pelo Conselho de Administração;
- II. por cometerem atos desabonadores, ilícitos ou de má-fé contra o **Instituto MODAL**, após processo administrativo iniciado por solicitação de quaisquer dos Associados, da Diretoria Executiva ou do Conselho de Administração, sempre respeitado o direito de ampla defesa;
- III. por deixar de comparecer a 3 (três) Assembleias ou reuniões consecutivas, de forma injustificada;
- IV. por morte;
- V. por simples renúncia por escrito à condição de Associado e/ou ao cargo que ocupa no **Instituto MODAL**; e
- VI. por condenação criminal julgada em tribunal colegiado.

§ 1º Os incisos I e III deste Artigo não se aplicam aos Associados Fundadores.

§ 2º Não será permitida a cessão da qualidade de Associado a outrem.



### Seção IV: Das Disposições Gerais sobre Associados, Conselheiros e Diretores

Artigo 11º O **Instituto MODAL** só se responsabilizará por ato de algum Associado, Conselheiro e/ou Diretor quando estes estiverem legal e/ou estatutariamente autorizados para agir em nome do **Instituto MODAL** e proceder em conformidade com a lei e sem extrapolar os poderes concedidos por este Estatuto.



Artigo 12º Nenhum Associado, Conselheiro e/ou Diretor responderá solidária ou subsidiariamente pelas obrigações do **Instituto MODAL**, pois ele tem existência jurídica distinta da dos seus Associados e Diretores e com eles não se confundem.

Artigo 13º O **Instituto MODAL** não distribuirá aos seus Associados qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação no resultado, por qualquer forma, como dividendos ou quaisquer outras vantagens, e aplicará, integralmente, os eventuais excedentes ou superávits realizados na consecução de seus objetivos e realização de suas atividades institucionais.

§ 1º Não se entende como remuneração de Associados, posto que não se referem ao exercício de cargos nos órgãos estatutários, os pagamentos a eles efetuados em razão da execução de funções e trabalhos de natureza eminentemente técnica e/ou científica, que exija formação acadêmica para sua realização, e que porventura estes venham a desenvolver em projetos, cursos e atividades de pesquisa e desenvolvimento do **Instituto MODAL**, tais como, mas não se limitando a, exercício das funções de professor, pesquisador, estudante, coordenador técnico-científico, administrador, gestor financeiro, supervisor, consultor ou assessor de projetos, respeitando-se nesses casos, os valores praticados pelo mercado.

§ 2º Os Diretores não respondem pessoalmente pelas obrigações contraídas em nome do **Instituto MODAL**, salvo se agirem em desacordo com a lei ou com o previsto no presente Estatuto.



Artigo 14º Os Associados Fundadores e Efetivos outorgam, de maneira ampla e irrestrita, poderes absolutos ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva no que diz respeito à direção, gerência, gestão, representação judicial e extrajudicial da associação, bem como tudo o que for necessário à condução do **Instituto MODAL**.

## CAPÍTULO IV: DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

### Seção I: Dos Órgãos Estatutários

Artigo 15º O **Instituto MODAL** possui os seguintes órgãos estatutários:

- I. um órgão colegiado deliberativo formado pela Assembleia Geral;
- II. um Conselho Fiscal;
- III. um Conselho de Administração;
- IV. uma Diretoria Executiva.

## Seção II: Da Assembleia Geral

Artigo 16º A Assembleia Geral, órgão soberano do **Instituto MODAL**, composta pelos Associados Fundadores, pelos Associados Efetivos, pelos membros do Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, reunir-se-á, ordinariamente, até o quarto mês de cada ano, ou extraordinariamente, a qualquer momento, podendo ambas serem convocadas por quaisquer membros do Conselho de Administração e/ou da Diretoria Executiva, isoladamente, ou por pelo menos  $\frac{1}{4}$  (um quarto) dos associados, para a finalidade expressa na convocação.

§ 1º A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência, por um Associado Fundador eleito pelos presentes.

§ 2º A Assembleia Geral será secretariada por um dos membros presentes indicado pelo seu Presidente.

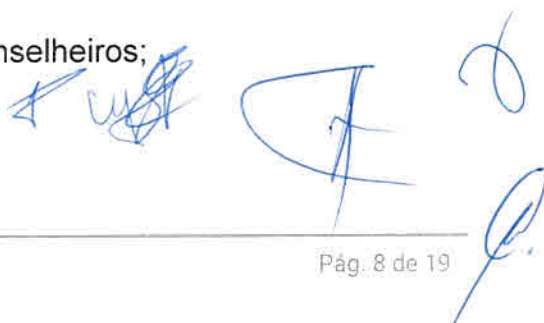
Artigo 17º Compete à Assembleia Geral Ordinária:

- I. apreciar o relatório anual, as contas do exercício anterior e o balanço anual do **Instituto MODAL**, apresentado pela Diretoria Executiva e, quando cabível, com parecer do Conselho Fiscal;
- II. eleger os Diretores da Diretoria Executiva e Conselheiros;
- III. determinar, ao fim de cada exercício, a parte dos rendimentos líquidos a ser incorporada ao patrimônio.



Artigo 18º Compete à Assembleia Geral Extraordinária:

- I. alterar o Estatuto Social;
- II. destituir Diretores da Diretoria Executiva e Conselheiros;





- III. deliberar sobre transações patrimoniais relevantes, tais como alienação ou constituição de ônus sobre bens imóveis, contratação de empréstimos e concessão de fianças, avais e garantias contratuais a terceiros;
- IV. deliberar sobre a extinção do **Instituto MODAL**;
- V. deliberar sobre a substituição, inclusão e exclusão de Associados;
- VI. aprovar a contratação de auditoria externa, no caso de não aprovação das contas;
- VII. deliberar sobre assuntos para os quais foi convocada;
- VIII. deliberar sobre casos omissos neste Estatuto; e
- IX. deliberar, no que couber e em casos de excepcionalidade, sobre os assuntos de competência da Assembleia Geral Ordinária.

Artigo 19º A convocação de Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, far-se-á por carta registrada, por e-mail ou mediante publicação no sítio da internet do **Instituto MODAL**, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, devendo constar da notificação a ordem do dia, o local, dia e hora da realização da Assembleia.

Artigo 20º A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, só será instalada mediante a presença do Presidente do Conselho de Administração, do Diretor Presidente e de pelo menos maioria simples dos seus membros.

§ 1º No caso de impedimento da presença do Presidente do Conselho de Administração e/ou do Diretor Presidente, estes poderão ser representados por um ou dois Associados Fundadores formalmente constituídos.

§ 2º Na impossibilidade de algum Associado comparecer à Assembleia Geral, deverá a ausência ser justificada perante a Diretoria Executiva.

§ 3º Exceto nos casos de alteração de estatuto, de extinção do **Instituto MODAL** e de substituição do Presidente do Conselho de Administração, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos membros presentes.

§ 4º Nos casos alteração de estatuto, de extinção do **Instituto MODAL** e de substituição do Presidente do Conselho de Administração, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria qualificada de  $\frac{2}{3}$  (dois terços) de todos os membros com direito a voto.



§ 5º É permitida a participação dos membros na Assembleia Geral pela modalidade de telepresença, desde que a modalidade possibilite interatividade em tempo real entre os participantes.

§ 6º As atas da Assembleia Geral serão lavradas na forma prevista em Lei e assinadas pelo Presidente e pelo Secretário da Assembleia, devendo os demais participantes apor assinatura em lista de presença.

### Seção III: Do Conselho Fiscal

Artigo 21º O **Instituto MODAL** terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, responsável pela fiscalização das atividades econômicas e financeiras, instalado a pedido do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral.

§ 1º O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto por 3 (três) membros eleitos pela Assembleia Geral, podendo ser formado por Associados Fundadores, por Associados Efetivos e/ou por Conselheiros.

§ 2º Os membros do Conselho Fiscal podem receber bonificação por eventuais atividades desenvolvidas em favor da sua atividade no Conselho, podendo também ser reembolsados por despesas incorridas no desempenho das suas funções.

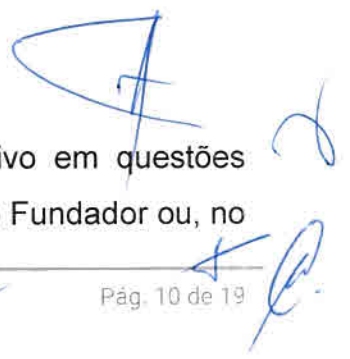
Artigo 22º Ao Conselho Fiscal compete:

- I. reportar à Assembleia Geral, por qualquer de seus membros, os erros, fraudes ou crimes identificados e sugerir providências úteis;
- II. analisar, quando solicitado pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva, o balancete e demais demonstrações financeiras;
- III. examinar as demonstrações financeiras do exercício financeiro anual e sobre elas emitir parecer.

Artigo 23º Os membros poderão se desligar do Conselho Fiscal através de carta dirigida ao Conselho de Administração.

### Seção IV: Do Conselho de Administração

Artigo 24º O Conselho de Administração é o órgão deliberativo em questões estratégicas, composto pelo Diretor Presidente e por um Associado Fundador ou, no





lugar deste, por um representante do mercado ou da academia com relevante experiência profissional e/ou acadêmica na área de atuação do **Instituto MODAL**.

§ 1º Os membros do Conselho de Administração podem receber bonificação por eventuais atividades desenvolvidas em favor da sua atividade no Conselho, podendo também ser reembolsados por despesas incorridas no desempenho das suas funções.

§ 2º O Conselho de Administração terá como Presidente o Associado Fundador ou o representante do mercado ou da academia eleito em Assembleia Geral para integrá-lo, que detém o poder de veto em assuntos de natureza financeira.

§ 3º Cabe ao Presidente do Conselho de Administração o voto de desempate em casos de divergência entre os dois membros.

§ 4º Os membros do Conselho de Administração têm mandato de 4 (quatro) anos, permitida a reeleição.

§ 5º As deliberações do Conselho de Administração devem ser lavradas em ata e assinadas pelos seus membros.

Artigo 25º Ao Conselho de Administração compete deliberar sobre:

- I. as políticas estratégicas, científicas, institucionais e de governança do **Instituto MODAL**, visando o cumprimento de suas finalidades;
- II. o plano estratégico do **Instituto MODAL**;
- III. o regimento interno do **Instituto MODAL**;
- IV. a execução de projetos não previstos no plano estratégico do **Instituto MODAL**;
- V. a política de alçadas de investimentos e despesas;
- VI. a criação e extinção de cargos de Diretoria, comitês e outras estruturas operacionais não previstos no presente Estatuto; e
- VII. a constituição de fundos para a aplicação em programas e projetos.

Artigo 26º Os membros poderão se desligar do Conselho de Administração através de carta dirigida à Assembleia Geral.



## Seção V: Da Diretoria Executiva

Artigo 27º A Diretoria Executiva é formada por um Diretor Presidente, por um Diretor Administrativo-financeiro e por um Diretor Técnico, que atuam nos termos deste Estatuto, com mandatos de 4 (quatro) anos, sendo permitida a reeleição.

§ 1º Podem ser Diretores Executivos os Associados Fundadores, os Associados Efetivos e/ou profissionais do mercado, sendo todos eleitos pela Assembleia Geral.

§ 2º Os membros da Diretoria Executiva poderão perceber remuneração conforme legislação vigente, podendo também ser reembolsados por despesas incorridas no desempenho das suas funções.

Artigo 28º Os Diretores Executivos somente podem ser excluídos, exonerados ou demitidos mediante a aprovação em Assembleia Geral, nos termos deste Estatuto.

Artigo 29º Compete à Diretoria Executiva de forma colegiada e a cada Diretor Executivo:

I. à Diretoria Executiva:

- A. elaborar e propor ao Conselho de Administração ~~as~~ políticas, estratégias e diretrizes do **Instituto MODAL**;
- B. elaborar os relatórios e planos anuais e plurianuais do **Instituto MODAL** para apreciação do Conselho de Administração;
- C. elaborar e revisar anualmente a política de alçadas de investimentos e despesas, bem como submetê-la à apreciação do Conselho de Administração;
- D. elaborar e propor a constituição, o uso e os meios de gestão de fundos para fomento de programas, projetos, serviços e atividades de pesquisa desenvolvidos pelo **Instituto MODAL**, submetendo à apreciação do Conselho de Administração;
- E. propor ao Conselho de Administração programas, projetos, serviços e atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação do **Instituto MODAL**;





- F. cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável às organizações sem fins lucrativos, este Estatuto e as normas e regulamentos aprovados pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração; e
- G. exercer outras funções que forem necessárias ao funcionamento do **Instituto MODAL**.

II. ao Diretor Presidente:

- A. desenvolver o relacionamento institucional do **Instituto MODAL** junto aos setores público, privado, acadêmico e terceiro setor, tanto em âmbito nacional quanto internacional;
- B. recomendar sobre propostas de contratação de empréstimos externos e internos ao Conselho de Administração;
- C. propor ao Conselho de Administração a criação ou extinção de comitês ou grupos de trabalho em assuntos do interesse do **Instituto MODAL**;
- D. levar ao Conselho de Administração situações excepcionais não previstas neste Estatuto ou no Regimento Interno do **Instituto MODAL**; e
- E. administrar e representar o **Instituto MODAL**, judicial e extrajudicialmente.



III. ao Diretor Administrativo-financeiro:

- A. praticar os atos de gestão necessários à administração do **Instituto MODAL**, conforme as deliberações deste Estatuto, da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;
- B. contratar funcionários, colaboradores, produtos e serviços necessários para o desenvolvimento das atividades institucionais, seguindo este Estatuto, o Regimento do **Instituto MODAL** e outros atos normativos expedidos pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva;
- C. propor a formação e coordenar a execução de políticas de recursos humanos e assistência social, bem como dos planos de recrutamento, seleção desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional;
- D. elaborar e executar os planos financeiros e orçamentários anuais e plurianuais do **Instituto MODAL**; e

- E. prestar contas, apresentar relatórios e balanços, bem como submetê-los à apreciação da Diretoria Executiva.

IV. ao Diretor Técnico:

- A. elaborar, gerir, supervisionar e avaliar os planos, programas, projetos, serviços e atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação anuais e plurianuais do **Instituto MODAL**;
- B. zelar, conforme as melhores práticas do mercado, para que os programas, projetos, serviços e atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação do **Instituto MODAL** cumpram seus objetivos e metas;
- C. elaborar, propor e, uma vez aprovados pela Diretoria Executiva, implementar metodologias e processos para a promoção e gestão da qualidade dos programas, projetos, serviços e atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação do **Instituto MODAL**;
- D. coordenar equipes de projetos, provendo, sempre que possível, condições de trabalho e recursos adequados às necessidades do **Instituto MODAL**; e
- E. elaborar relatórios de atividades e prestação de contas referentes a programas, serviços e projetos do **Instituto MODAL**, para apreciação da Diretoria Executiva.



Artigo 30º A Diretoria Executiva poderá, por meio das assinaturas conjuntas do Diretor Presidente e Diretor Administrativo-financeiro, nomear procuradores com poderes específicos e por prazo determinado, para que pratiquem os atos administrativos previstos neste Estatuto, nos termos dos mandatos que lhes forem outorgados.

Artigo 31º A Diretoria Executiva é representada isoladamente pelo Diretor Presidente, que será substituído em suas ausências ou impedimentos pelo Diretor Administrativo-financeiro ou pelo Diretor Técnico, nesta ordem.

Artigo 32º A Diretoria Executiva reunir-se-á sempre que necessário para deliberar conjuntamente sobre aspectos transversais às áreas dos Diretores, em casos que impliquem o estabelecimento de procedimentos, processos, normas ou



resoluções internas, ou ainda quando solicitado por um dos Diretores, devendo as atas das reuniões serem registradas e assinadas por todos os Diretores presentes.

Artigo 33º A Diretoria Executiva poderá propor ao Conselho de Administração a contratação de profissionais para auxiliá-la na execução das suas atividades.

Artigo 34º A Diretoria Executiva deverá elaborar e levar à apreciação do Conselho de Administração o Regimento Interno do **Instituto MODAL**.

§ Único A Diretoria Executiva também poderá propor ao Conselho de Administração a instituição, por atos normativos específicos, de regulamentos, políticas, diretrizes e normas necessárias ao desenvolvimento das finalidades institucionais do **Instituto MODAL**.

Artigo 35º A Diretoria Executiva, mediante aprovação do Conselho de Administração, poderá constituir comitês ou outras estruturas de caráter técnico e/ou operacional, tais como, mas não se limitando a, Comitê Científico, Núcleo de Governança, entre outros, sendo estes comitês ou estruturas técnicas e/ou operacionais regidas pelo Regimento Interno do **Instituto MODAL** ou por atos normativos do Conselho de Administração.

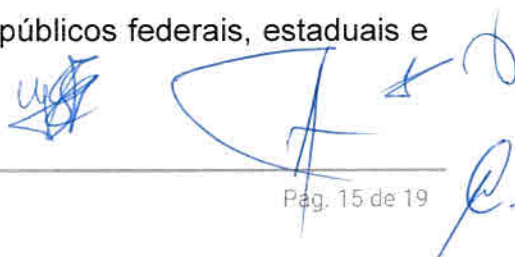
Artigo 36º Os Diretores Executivos poderão se desligar de seus cargos através de carta dirigida ao Conselho de Administração.

## **CAPÍTULO V: DO PATRIMÔNIO, DA RECEITA E DO EXERCÍCIO FINANCEIRO**

### **Seção I: Das Fontes de Receita**

Artigo 37º Sem prejuízo dos rendimentos provenientes do patrimônio a ser adquirido pelo **Instituto MODAL** no decorrer de sua existência, constituirão suas receitas:

- I. recursos provenientes de doações e contribuições dos Associados;
- II. importâncias que forem destinadas por órgãos públicos federais, estaduais e municipais;



- III. contribuições em dinheiro e bens móveis e imóveis que vier a receber de pessoas físicas ou jurídicas;
- IV. rendimentos de qualquer natureza que vier a auferir como remuneração decorrente de aplicações financeiras, patentes ou direitos autorais;
- V. ganhos econômico decorrentes de toda forma de *royalty* ou de remuneração ou quaisquer benefícios financeiros resultantes da exploração direta ou por terceiros da criação protegida desenvolvida pelo **Instituto MODAL**;
- VI. rendimentos provenientes dos programas, projetos, serviços e outras atividades específicas do **Instituto MODAL**; e
- VII. outras receitas eventuais.

## Seção II: Da Movimentação Financeira

Artigo 38º A aplicação dos recursos do **Instituto MODAL** será destinada à implementação de programas, projetos, serviços e atividades que tenham alinhamento com as suas finalidades institucionais.

Artigo 39º Salvo exceções previstas em lei e/ou no presente Estatuto, o **Instituto MODAL** poderá assumir obrigações, renunciar direitos e movimentar ativos financeiros mediante: (i) a assinatura do Diretor Presidente; ou (ii) as assinaturas conjuntas do Diretor Administrativo-financeiro e do Diretor Técnico; ou (iii) as assinaturas conjuntas de dois procuradores constituídos mediante as assinaturas conjuntas do Diretor Presidente e do Diretor Administrativo-financeiro, devendo o respectivo instrumento especificar os atos ou operações cuja prática autorizam e, salvo em caso de mandato judicial, terão prazo de validade limitado a, no máximo, doze meses.

Artigo 40º A movimentação financeira de recursos de eventuais fundos constituídos pelo **Instituto MODAL** será feita mediante autorização do Conselho de Administração.

## Seção III: Das Alçadas de Investimentos e Despesas

Artigo 41º Caberá à Diretoria Executiva elaborar e revisar anualmente a política de alçadas de investimentos e despesas, com o objetivo de organizar e fixar os





limites de alçadas de aprovação a serem observadas pelo **Instituto MODAL** sobre alienação, oneração, transferência, venda, permuta e aquisição de bens, serviços e direitos e outras formas de movimentação financeira.

§ Único A política de alçadas de investimentos e despesas, bem como suas revisões, deverá ser apreciada pelo Conselho de Administração.

## Seção IV: Do Exercício Financeiro e da Prestação de Contas

Artigo 42º O exercício financeiro coincidirá com o ano civil, levantando-se o balanço geral relativo ao período encerrado em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 43º A prestação anual de contas será apresentada pela Diretoria Executiva à Assembleia Geral até o quarto mês do ano subsequente ao término do exercício financeiro.

§ Único Compete ao Diretor Administrativo-financeiro apresentar à Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal, quando em funcionamento, todos os documentos referentes à movimentação financeira, fiscal e contábil do exercício financeiro encerrado, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência à realização da Assembleia Geral na qual será feita a prestação anual de contas, de modo a viabilizar a análise e emissão de parecer do Conselho Fiscal, quando em funcionamento.

## CAPÍTULO VI: DAS ELEIÇÕES

Artigo 44º As eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão convocadas pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término do mandato.

§ 1º A candidatura ocorrerá junto à Diretoria Executiva através de inscrição de chapa para a Diretoria Executiva e de candidatura individual para os Conselheiros, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da Assembleia Geral na qual realizar-se-á a eleição.

§ 2º A eleição dar-se-á por voto individual, sendo considerados eleitos a chapa e os Conselheiros inscritos com mais votos. No caso de empate, caberá ao



Presidente do Conselho de Administração o voto de desempate ou, em sua ausência, ao Diretor Presidente.

§ 3º Os mandatos dos membros do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva consideram-se automaticamente prorrogados até a posse dos seus sucessores.

§ 4º A posse dos Conselheiros e Diretores é formalizada mediante o registro da ata de eleição junto aos órgãos oficiais.

§ 5º Não havendo inscrição de candidatos e nem solicitações de renúncia, consideram-se reeleitos os Diretores Executivos e Conselheiros para novo mandato.

## **CAPÍTULO VII: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Artigo 45º Salvo hipótese de imperativo legal, o presente Estatuto somente poderá ser alterado a pedido do Conselho de Administração ou através de pedido subscrito por maioria simples dos membros da Assembleia, devendo a deliberação ser aprovada em Assembleia Geral Extraordinária assim como disposto neste Estatuto.

Artigo 46º Eventual deliberação para extinguir o **Instituto MODAL** só poderá ser votada em Assembleia Geral Extraordinária convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Diretor Presidente ou por maioria absoluta dos membros da Assembleia, havendo uma ou mais das seguintes condições:

- I. impossibilidade financeira de manter o **Instituto MODAL**;
- II. as finalidades do **Instituto MODAL** tenham se tornado inexecutáveis; e
- III. inexistência de recursos humanos disponíveis para dar continuidade às atividades do **Instituto MODAL**.

Artigo 47º Em caso de extinção do **Instituto MODAL**, os bens de seu patrimônio serão transferidos para algum órgão público ou para alguma instituição congênere que tenha objetivos correlatos aos do **Instituto MODAL**, deliberado em Assembleia Geral.

Artigo 48º Na falta de previsão estatutária ou regimental, os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Administração, e este, se assim entender necessário,









leva-los-á à apreciação da Assembleia Geral, sempre respeitando a legislação vigente.


Artigo 49º O presente Estatuto, após sua aprovação pela Assembleia Geral, entra em vigor na data de sua transcrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.


Artigo 50º A Ata da Assembleia Geral que aprovou o presente Estatuto faz parte integrante do mesmo.

Brasília, 12 de dezembro de 2017.

  
José Manuel de Abreu Pita Pombo  
Associado Fundador  
Presidente do Conselho de  
Administração  
CPF nº 038.295.707-59

  
Mamede Lima-Marques  
Associado Fundador  
Diretor Presidente  
CPF nº 202.911.756-00

  
Welington de Souza Evangelista  
Associado Fundador  
Diretor Administrativo-Financeiro  
CPF nº 512.591.841-53

  
Bruno Carvalho Castro Souza  
Associado Fundador  
Diretor Técnico  
CPF nº 505.897.501-78

  
Ivo Teixeira Gico Junior  
Advogado - OAB/DF 015396

1º Ofício de Brasília-DF  
Nº de Protocolo e Registro  
**144123**  
Registro de Pessoas Jurídicas

RECONHECIMENTO POR SEMELHANÇA 24a DF. DE NOTAS - JOSE MARIO PITA POMBO  
A(S) FIRMA(S) DE Av. Alm. Barroso, 139 C - (21) 2505-1000  
JOSE MANUEL DE ABREU PITA POMBO

Valor total: 7,14

Rio de Janeiro, 15/12/2017. CAMILA CRISTINA DA CONCEICAO MENDES  
ECJW63422-UQU

Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>